

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS**

GUSTAVO PIRES MARTINS

Perspectivas de estado e ideologia: Uma análise sobre o papel da ideologia no funcionamento prático do estado na visão de Marx e Gramsci

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Nome do Orientador: Prof. Joacir Teixeira de Melo.

**Juiz de Fora
2024**

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E

AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **GUSTAVO PIRES MARTINS**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202272065A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "**Perspectivas de estado e ideologia: Uma análise sobre o papel da ideologia no funcionamento prático do estado na visão de Marx e Gramsci**", desenvolvido durante o período de 15 março de 2024 a 16 de setembro de 2024, sob a orientação de Joacir Teixeira de Melo, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

GUSTAVO PIRES MARTINS

1. RESUMO

Este artigo aborda as perspectivas de Karl Marx e Antonio Gramsci sobre o papel da ideologia no funcionamento prático do Estado. Enquanto Marx concebe o Estado como um instrumento da classe dominante, cuja função primordial é manter a estrutura de classe por meio da imposição de uma ideologia que naturaliza as relações de exploração. Gramsci, por sua vez, amplia a análise marxista ao destacar o conceito de hegemonia, segundo o qual o Estado não se limita à coerção, mas também opera por meio do consenso ideológico, produzido nas instituições culturais e educacionais. A partir dessa análise comparativa, o estudo investiga como a ideologia atua na consolidação das estruturas de poder, refletindo sobre suas implicações para a luta de classes e para a manutenção da ordem social.

Palavras-chave: Estado. Ideologia. Hegemonia. Marx. Gramsci.

2. INTRODUÇÃO:

A influência das ideologias políticas na ação estatal é um tema central na filosofia política, dado o papel determinante que essas ideologias exercem na formação e implementação de políticas públicas. Este trabalho propõe-se a explorar essa influência através de um estudo comparativo entre as ideias de Karl Marx e Antonio Gramsci, dois pensadores que, apesar de partilharem uma base teórica comum no marxismo, desenvolveram conceitos distintos sobre a relação entre Estado, sociedade civil e ideologia. Compreender essas diferenças é crucial para uma análise aprofundada das formas como diferentes regimes políticos utilizam o poder estatal para promover ou manter determinadas estruturas sociais e econômicas.

Karl Marx, com sua análise do capitalismo, da luta de classes e da Superestruturajurídico-política - Que em Marx seria o mesmo que Ideologia -, oferece uma visão onde o Estado é visto como um instrumento da classe dominante para perpetuar suas condições de produção e assegurar a exploração do proletariado. Em contraste, Antonio Gramsci, a partir de sua experiência com o fracasso das revoluções proletárias no Ocidente, desenvolveu a teoria da ideologia, enfatizando a importância das superestruturas e da sociedade civil na manutenção do poder. Para Gramsci, a ideologia cultural e intelectual precede e sustenta a dominação política, tornando o Estado um campo de batalha ideológico onde a classe dominante precisa constantemente conquistar e reconquistar a liderança moral e intelectual.

Este estudo busca, portanto, delinear as principais diferenças e complementaridades entre as teorias de Marx e Gramsci sobre o Estado e a ideologia, e investigar como essas teorias se refletem nas práticas políticas e sociais. Ao analisar o papel das ideologias na formação e manutenção das estruturas de poder, pretende-se demonstrar a relevância e a aplicabilidade dessas teorias na compreensão das dinâmicas de poder atuais. A abordagem comparativa adotada permitirá não só uma melhor compreensão das nuances teóricas, mas também uma reflexão crítica sobre as potencialidades e limitações das ideologias políticas na transformação social.

3. O Estado na Visão de Karl Marx

Karl Marx desenvolveu sua teoria do Estado em um período de intensas transformações políticas e econômicas na Europa, a Revolução Industrial estava em pleno andamento, e a luta de classes tornava-se cada vez mais evidente nas revoluções populares que varriam o continente. Para Marx, o Estado não era uma entidade independente acima das classes, mas sim um reflexo das relações de produção e um instrumento nas mãos da classe dominante. Marx argumenta que o Estado serve para perpetuar o controle da classe burguesa sobre o proletariado, mantendo as condições que garantem a reprodução do capital e a continuidade das estruturas vigentes.

No "*Manifesto Comunista*" (1848), Marx, juntamente com Engels, observam que o Estado moderno surge como uma extensão dos interesses da classe burguesa: "O poder executivo do Estado moderno não é senão um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa" (Marx & Engels, 1848). Aqui, o Estado

aparece como uma ferramenta ativa na exploração dos trabalhadores e na proteção da propriedade privada, como demonstrado no trecho:

Cada um dos estágios de desenvolvimento da burguesia foi acompanhado de um correspondente progresso político. Estado [ou ordem social] oprimido sob a dominação dos senhores feudais, associação armada e autoadministrada na comuna, aqui cidade-república independente, além terceiro-estado na monarquia sujeito a impostos, depois ao tempo da manufatura contrapeso contra a nobreza na monarquia de estados [ou ordens sociais] ou na absoluta, base principal das grandes monarquias em geral - ela conquistou por fim, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, a dominação política exclusiva no moderno Estado representativo. O moderno poder de Estado é apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Pg. 15-16

O trecho retirado do "Manifesto do Partido Comunista" de Karl Marx e Friedrich Engels, mostra a descrição dos autores sobre a relação entre o contínuo desenvolvimento da burguesia e o processo de progresso político que o acompanha, ou seja, eles elaboram sobre como a cada avanço da classe burguesa, uma forma política surge para a renovação de seu poder.

Inicialmente, o Estado era governado por senhores feudais, e neste ponto, a burguesia ainda emergia como uma classe dentro do sistema feudal. Com o tempo, o poder econômico e social da burguesia aumentou e está procurando maior influência política. Isto manifestou-se em cidades-repúblicas independentes, em oposição às monarquias nacionais e à aristocracia na ordem social e, finalmente, na conquista do controle político exclusivo nos estados representativos modernos.

A visão de Marx se mostra, nesse contexto, de maneira evidente como uma crítica ao papel do estado como um meio de controle da classe burguesa. De acordo com Marx e Engels, em cada fase do crescimento da burguesia, desde seu surgimento como uma classe em ascensão até se tornar a classe dominante, houve modificações no sistema político vigente que favoreciam seus próprios interesses, fossem eles econômicos, políticos, sociais etc.

A visão de Marx e Engels sobre o estado é fundamentalmente crítica. Eles argumentam que o estado, mesmo em sua forma moderna representativa, é apenas um instrumento nas mãos da classe burguesa para administrar seus próprios interesses econômicos e sociais. Essa perspectiva reflete a teoria marxista de que o estado é uma superestrutura que surge das relações de produção econômica e serve aos interesses da classe dominante, ou seja, da burguesia.

No entanto, a análise de Marx sobre o Estado é complexa e evolui ao longo de suas obras. Em "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte" (1852), Marx examina o golpe de Estado de Luís Bonaparte e reflete sobre como o Estado pode ganhar uma autonomia relativa em certos momentos, particularmente quando há fragmentação entre as classes dominantes. Neste texto, Marx descreve como o Estado bonapartista se desvencilha temporariamente dos interesses imediatos da burguesia para se sustentar por meio de uma centralização do poder político. Porém, essa autonomia é ilusória, já que o Estado continua a operar em última instância para manter a ordem capitalista: "O Estado é o centro de reunião e o sustentáculo da dominação burguesa" (Marx, 1852).

Vemos por fim, em um trecho de uma carta de Marx, sua própria perspectiva do funcionamento e das formas de estado:

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de "sociedade civil". Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. Contribuição a crítica da economia política.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Pg.47

A citação pode ser considerada um exame crítico dos fundamentos do Estado a partir de uma perspectiva materialista e histórica, contrastando visões idealistas ou teleológicas. Esta afirmação revela que as organizações jurídicas e políticas não podem ser compreendidas apenas através de análises abstratas ou generalizações sobre a progressão do pensamento humano ao longo do tempo. Segundo Marx, eles se originam e dependem das condições materiais existentes.

A citação sugere que as relações jurídicas e as formas de organização do Estado não podem ser adequadamente compreendidas simplesmente por meio de análises abstratas ou generalizações sobre o desenvolvimento do pensamento humano ao longo do tempo. Em vez disso, Marx argumenta que essas relações têm suas origens e são influenciadas pelas condições materiais em que as pessoas vivem. Isso é contrastado com a visão de que essas relações emergem naturalmente da evolução progressiva do pensamento ou da cultura humana.

Marx identifica as "condições materiais de existência" como fundamentais para entender essas relações, um conceito que remonta ao filósofo alemão Hegel, assim como a alguns pensadores dos séculos XVII e XVIII, tanto ingleses quanto franceses. Essas condições materiais, segundo o autor, são encapsuladas pelo termo "sociedade civil", como compreendido por Hegel e outros.

Além disso, o trecho aponta para a importância da Economia Política como uma ferramenta essencial para analisar a estrutura da sociedade burguesa. Isso implica que para compreender completamente as relações sociais e políticas dentro da sociedade capitalista, é necessário examinar suas bases econômicas, suas relações de produção e de propriedade.

Em suma, o autor está argumentando a favor de uma abordagem materialista e histórica para entender as relações sociais e políticas, rejeitando explicações idealistas ou teleológicas que atribuem essas relações a uma evolução puramente intelectual ou cultural. Essa análise sugere uma perspectiva crítica sobre as estruturas sociais e políticas existentes, destacando a importância de examinar suas bases econômicas e materiais para entender a natureza e funcionamento das formas de estado.

4. A Ideologia em Marx

A concepção de ideologia em Marx está intrinsecamente e diretamente ligada à sua análise do Estado e das relações de produção. Marx define ideologia como um conjunto de ideias que representam os interesses da classe dominante e que são disseminadas para mascarar e impedir que o proletário conheça e crie consciência das reais condições de exploração.

Para Marx, a ideologia tem uma função prática no sistema capitalista, uma vez que ajuda a consolidar e naturalizar as estruturas de poder. A Superestruturajurídico-política - Que em Marx seria o mesmo que Ideologia - , é vista como reflexo das relações materiais de produção. Em outras palavras, a ideologia serve para justificar e legitimar o poder da classe dominante: "As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes" (Marx & Engels, 1846).

Marx também desenvolve a ideia de "reprodução ideológica" como parte de seu conceito de materialismo histórico. Para ele, a ideologia é uma ferramenta pela qual as relações de produção são reproduzidas de geração em geração. Isso ocorre por meio de instituições como a família, a igreja e a escola, que inculcam valores e normas que servem aos interesses da classe dominante. A escola, por exemplo, é um meio eficaz de perpetuar a ideologia dominante, pois molda os indivíduos desde cedo para aceitarem as regras da sociedade capitalista. Um exemplo concreto disso é a forma como a educação burguesa é organizada para preparar os indivíduos para o mercado de trabalho, legitimando, assim, a divisão do trabalho e a exploração do proletariado.

5. Gramsci e o Conceito de Hegemonia

Antonio Gramsci, escrevendo em um contexto histórico diferente – a Itália fascista do início do século XX –, oferece uma ampliação da teoria marxista de ideologia, em seus "Cadernos do Cárcere", Gramsci introduz o conceito de hegemonia, que descreve a maneira pela qual uma classe dominante mantém seu poder não apenas pela força bruta e ação coercitiva, mas também pelo consenso.

O conceito de hegemonia para Antonio Gramsci está profundamente vinculado à sua concepção de ideologia e ao modo como ambas as ideias operam no processo de dominação e controle social. Hegemonia, em Gramsci, refere-se ao poder exercido por uma classe social não apenas por meio da coerção física ou militar, mas principalmente pela liderança cultural e moral, que é aceita como legítima pela maioria da sociedade. Trata-se, em sua perspectiva, de um domínio baseado no consentimento ativo das classes proletária dominada, que aceita os valores, normas e ideologias da classe dominante como algo natural e necessário para o correto funcionamento da sociedade.

A ideologia, para Gramsci, é peça central na construção e manutenção da hegemonia. Já que, diferente de uma visão tradicional, na qual a ideologia é um reflexo das condições econômicas e até sociais, Gramsci a entende como um conjunto de ideias, valores e crenças que são ativamente construídos e disseminados pelas

classes dominantes para moldar a forma com que a realidade social é percebida pela classe dominada. A ideologia, nesse sentido, é uma ferramenta essencial para garantir o consenso e a coesão social, pois permite à classe dominante não apenas controlar as instituições políticas e econômicas, mas também as esferas culturais e intelectuais, como a educação, a religião, os meios de comunicação e as artes, moldando assim, as mentes do proletário ao seu bel prazer.

Essa ligação entre hegemonia e ideologia é explicada pela maneira como Gramsci analisa o papel das superestruturas na sociedade, ele argumenta que a hegemonia é mantida não apenas através do controle dos meios de produção, mas principalmente através do controle das instituições culturais e ideológicas que moldam a consciência coletiva do proletário. Sendo assim, as classes dominantes, ao estabelecerem uma hegemonia ideológica, conseguem fazer com que seus interesses específicos sejam percebidos como interesses comuns, universais, para toda a sociedade, assim, a ideologia dominante permeia a cultura e a o modo de vida de toda a sociedade, sendo aceita pela classe dominada, que, muitas vezes, não reconhecem o caráter particular e explorador dessa visão de mundo.

Essa aceitação passiva da ideologia dominante pelas classes subalternas, é um dos aspectos mais importantes do conceito de hegemonia. A hegemonia ideológica se concretiza quando as classes subordinadas internalizam e reproduzem as ideias da classe dominante como se fossem suas, sem perceberem as relações de dominação que essas ideias sustentam, apresentando assim, a ideologia dominante como uma verdade objetiva, mascarando os conflitos de classe e as injustiças estruturais. Durante esse processo de dominação, a hegemonia se perpetua e se renova, pois a classe dominante consegue legitimar seu poder sem a necessidade constante de recorrer à força ou à repressão explícita, já que isso deixaria nítido, as inconsistências e injustiças presentes nessa perspectiva ideológica.

Gramsci também destaca que a hegemonia não é um estado fixo ou imutável, ela está sempre em disputa, e as classes subalternas podem e devem desenvolver uma consciência crítica que desafie a hegemonia existente. Pois, somente quando as classes subalternas começam a questionar a ideologia dominante e a elaborar suas próprias concepções de mundo — o que Gramsci chama de "contra-hegemonia" —, elas passam a lutar para estabelecer sua própria hegemonia, descolada da defendida pela classe dominante, e baseada em uma nova configuração ideológica. A transformação social, nesse sentido, depende de uma luta ideológica que precede e acompanha as transformações nas estruturas econômicas e políticas.

Portanto, a hegemonia e a ideologia em Gramsci estão intrinsecamente conectadas, sendo a hegemonia o processo pelo qual uma classe social exerce controle sobre as outras, principalmente por meio da disseminação de uma ideologia que é aceita como legítima e devida, por toda a sociedade. A ideologia, por sua vez, é o mecanismo que possibilita essa dominação, ao moldar a consciência coletiva e naturalizar as relações de poder existentes. Essa articulação entre hegemonia e ideologia explica como as classes dominantes mantêm sua posição de poder e como a transformação social exige uma ruptura com a ideologia dominante e a construção de uma nova hegemonia baseada em valores e ideias contra-hegemônicos.

6. O Papel do Estado na Hegemonia

Na perspectiva Gramsciana, o Estado é a arena da disputa ideológica, onde a hegemonia é construída, reformulada e mantida. Ele propõe que o Estado não deve ser visto apenas como um aparelho coercitivo, mas também como um conjunto de instituições que operam para garantir o consenso da sociedade em torno dos interesses da classe dominante. Gramsci argumenta que o Estado utiliza tanto a força (polícia, exército) quanto a ideologia (escola, mídia, religião) para manter a hegemonia.

Para Gramsci, o Estado desempenha um papel crucial na consolidação e manutenção da hegemonia, funcionando como uma ferramenta fundamental para a classe dominante. Ele amplia a compreensão tradicional do Estado, que costuma ser visto -como uma entidade de coerção, para Gramsci, o Estado é composto tanto da sociedade política quanto da sociedade civil, sendo que, sociedade política inclui as instituições de governo e repressão, como as forças armadas, a polícia e o sistema judiciário, que utilizam o poder e a liberdade coercitiva para manter a ordem, já a sociedade civil abrange instituições culturais, educativas e ideológicas, como escolas, igrejas, meios de comunicação e outras organizações que ajudam a moldar as ideias e crenças da sociedade e da classe oprimida.

A hegemonia, em Gramsci, não pode ser estabelecida ou mantida apenas pelo uso da força; ela depende essencialmente do consentimento das classes subordinadas, que é conquistado através da sociedade civil, onde a hegemonia da classe opressora é articulada e reforçada, para moldar a consciência social e fazer com que os interesses da classe dominante pareçam universais. Desse modo, o Estado desempenha o papel de mediador e

articulador da hegemonia, assegurando que o consenso seja mantido sem a necessidade de recorrer exclusivamente a força e a repressão.

A relação entre hegemonia e Estado é dialética, por um lado, o Estado serve para reproduzir e proteger a hegemonia da classe dominante, garantindo a estabilidade das relações de poder. Isso ocorre porque o Estado tem a função de manter a ordem e proteger a propriedade, mas também porque ele exerce um papel ideológico, educando e socializando os indivíduos de maneira a aceitar a legitimidade da hegemonia vigente em seu tempo histórico. Assim, a hegemonia permeia o funcionamento do Estado, que se torna um instrumento para a disseminação e consolidação da visão dominante.

Por outro lado, a hegemonia também afeta e molda o Estado, pois, como o consentimento é uma parte essencial da hegemonia, o Estado precisa adaptar-se constantemente às mudanças na sociedade para garantir que as classes subordinadas continuem aceitando a ordem existente. Isso significa que o Estado é influenciado pelas transformações na sociedade civil e pelas lutas ideológicas que ocorrem nesse âmbito. Sendo assim, quando a hegemonia dominante é contestada ou enfraquecida, o Estado é forçado a responder, seja ajustando suas políticas, seja utilizando meios mais coercitivos para manter o controle. No entanto, para Gramsci, a hegemonia é mais eficaz quando se baseia no consentimento, e não na força bruta. Isso significa que o Estado está em constante luta para equilibrar coerção e consenso, garantindo que a classe dominante continue a exercer o poder de maneira legítima aos olhos da maioria.

Além disso, Gramsci identifica o "Estado ampliado", uma concepção em que o Estado vai além das instituições governamentais e coercitivas, abrangendo também as organizações e instituições da sociedade civil que são usadas para disseminar e consolidar a hegemonia. A hegemonia da classe dominante é mantida através da inter-relação entre essas duas esferas — a sociedade política e a sociedade civil —, de modo que o Estado deve ser entendido como uma entidade complexa que combina coerção e consenso para assegurar a estabilidade da ordem social.

Portanto, o papel do Estado na hegemonia, segundo Gramsci, é o de um mediador entre a classe dominante e as classes subordinadas, garantindo a reprodução da hegemonia por meio de instituições tanto coercitivas quanto ideológicas. Ao mesmo tempo, a hegemonia afeta o Estado, moldando sua estrutura e seu funcionamento, e forçando-o a se ajustar conforme as mudanças na luta ideológica e na correlação de forças entre as classes.

7. Comparativo entre os Autores

Ao comparar as concepções de Karl Marx e Antonio Gramsci sobre o papel da ideologia no funcionamento do Estado, percebe-se uma evolução e ampliação do entendimento da função ideológica na manutenção das relações de poder. Para Marx, a ideologia está intrinsecamente ligada à estrutura econômica da sociedade, ele argumenta que as ideias dominantes em qualquer época são as ideias da classe burguesa e dominante, e essas, refletem os interesses materiais da burguesia (classe dominante). A ideologia, portanto, para Marx, é uma superestrutura que deriva da base econômica e que serve para mascarar e legitimar a exploração e a opressão impostas pela classe dominante; ela cria impedimentos a uma verdadeira consciência por parte das classes subordinadas, fazendo-as acreditar que a ordem social existente é natural, justa e imutável, portanto, percebe-se que na perspectiva de Marx, a função primordial da ideologia é, portanto, disfarçar os conflitos de classe e manter a dominação da burguesia, promovendo a estabilidade e a continuidade do sistema capitalista e da opressão do proletariado.

Para Gramsci, no entanto, a ideologia assume um papel mais complexo e ativo, particularmente em relação ao funcionamento do Estado. Embora Gramsci não rompa completamente com a visão marxiana de que a ideologia reflete as relações materiais de produção, ele amplia a noção de que a ideologia não é apenas um reflexo passivo da economia, mas uma força ativa que molda a consciência social e cria consenso em torno da ordem social vigente no respectivo tempo histórico. Para Gramsci, a ideologia é fundamental para a construção da hegemonia, que é a forma predominante e principal, pela qual a classe dominante exerce o poder.

No contexto do Estado, essa diferença é ainda mais evidente, já que para Marx, o Estado é essencialmente um instrumento de repressão nas mãos da classe dominante, usado para assegurar a perpetuação das relações de produção capitalistas. A ideologia, nesse caso, serve para justificar e legitimar as ações do Estado, apresentando o sistema de exploração como algo natural e inevitável.

Gramsci, por outro lado, introduz a ideia de que o Estado é composto não apenas pelos aparatos coercitivos, mas também pela sociedade civil, onde as instituições culturais, educativas e ideológicas desempenham um papel crucial. A hegemonia, para Gramsci, é construída através do consentimento das classes

subordinadas, e esse consentimento é conquistado por meio da disseminação de uma ideologia que naturaliza e legitima a dominação da classe dominante. Nesse sentido, a ideologia para Gramsci é mais do que uma simples máscara que encobre a exploração; ela é um instrumento ativo para moldar a consciência social e criar uma forma de poder que não se baseia exclusivamente na coerção, mas também no consenso. Assim, enquanto Marx foca no aspecto coercitivo do Estado e no papel ideológico como ferramenta de ocultação da dominação, Gramsci destaca a importância do Estado como um local de luta ideológica, onde o consentimento e a hegemonia são construídos através de uma batalha cultural e intelectual para moldar o pensamento do proletariado.

Essa diferença de enfoque também reflete a concepção distinta que ambos têm sobre a possibilidade de mudança e de escape dessa realidade de subordinação a uma classe exploradora, e que se coloca perante o proletário como superiora. Para Marx, a derrubada da ideologia dominante está intrinsecamente ligada à transformação das condições materiais de produção; a revolução é, em última análise, também um processo econômico, já que destrói as bases da dominação de classe fundamentadas à partir do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, a ideologia que é sustentada por essa relação. Para Gramsci, entretanto, a mudança ideológica precede e acompanha a transformação econômica, a luta pela hegemonia é travada dentro das instituições culturais e intelectuais, e a classe subalterna deve criar sua própria hegemonia — ou contra-hegemonia — para desafiar a ideologia dominante e, assim, preparar o terreno para uma transformação mais ampla.

Dessa maneira, enquanto Marx concebe a ideologia como um reflexo das condições materiais que serve para encobrir a dominação de classe, Gramsci a enxerga como um elemento essencial da hegemonia, uma ferramenta ativa que a classe dominante utiliza para alcançar o consenso e legitimar seu controle sobre o Estado. De acordo com o pensamento gramsciano, o Estado não se resume apenas a um instrumento de dominação coercitiva, mas sim a um campo de batalha ideológica, no qual a hegemonia é constantemente debatida e disputada. Assim, a ideologia desempenha, para Gramsci, um papel mais dinâmico e crucial na manutenção e transformação das relações de poder dentro do Estado, em contraste com a visão mais determinista e econômica de Marx, ou seja, a infraestrutura econômica, são a base determinante de todas as outras esferas da sociedade, incluindo a ideologia, a política, e as relações sociais. Para Marx, a infraestrutura, que envolve as forças produtivas e as relações de produção, molda a superestrutura, que inclui o Estado, as leis, a cultura e, especialmente, a ideologia.

8. As Implicações Políticas das Teorias de Estado e Ideologia

As concepções de Estado e ideologia de Karl Marx e Antonio Gramsci possuem implicações políticas profundas e distintas, refletindo suas abordagens diversas sobre o poder, a dominação e a mudança social. Para Marx, a análise política deriva de uma visão materialista e dialética da história, em que o Estado é considerado um instrumento de dominação da classe dominante, utilizado para assegurar a reprodução das relações de produção capitalistas. Nesse sentido, o Estado é percebido como opressor por natureza, atuando como um mecanismo coercitivo nas mãos da burguesia. Além disso, segundo Marx, a transformação política genuína só pode ser alcançada por meio da quebra do sistema capitalista, o que implica uma revolução proletária que não apenas assumiria o controle do Estado, mas o aboliria, estabelecendo em seu lugar uma ditadura do proletariado. Esse processo eventualmente levaria à extinção do Estado, uma vez que a luta de classes seria eliminada e a sociedade sem classes seria instaurada.

Dessa forma, a base da política marxista reside na concepção de que a luta de classes impulsiona a história, e a revolução é o único caminho para a emancipação dos trabalhadores. Nessa perspectiva, a ideologia é utilizada pela classe dominante para manter as classes subalternas em uma constante dificuldade de alcançar a verdadeira consciência, levando-as a crer que a ordem capitalista é legítima. As implicações políticas desse pensamento são evidentes: a classe trabalhadora precisa adquirir uma consciência de classe para identificar a exploração do capitalismo e se organizar politicamente para a revolução. Portanto, a política marxista é essencialmente revolucionária, com foco na derrubada do Estado burguês como condição primordial para a emancipação do proletário.

Em contraste, a teoria de Gramsci sobre o Estado e sua perspectiva ideológica, resulta em uma estratégia política mais complexa e gradual. Gramsci reconhece que como o Estado não é apenas um aparato coercitivo, mas inclui também a sociedade civil, onde a hegemonia cultural e ideológica é construída, reformulada e sustentada. Essa concepção mais ampla do Estado leva a uma reavaliação das estratégias políticas necessárias para a transformação social. Em vez de se concentrar exclusivamente na tomada revolucionária do poder estatal,

Gramsci propõe que a luta política deve ser também uma luta pela hegemonia cultural, já que, a partir dessa, a burguesia mantém o proletário alienado de sua condição subalterna.

As implicações políticas dessa visão são que a transformação social exige um trabalho mais prolongado e estratégico no campo da ideologia, e nesse cenário, a classe trabalhadora e seus aliados devem desenvolver uma "contra-hegemonia", criando suas próprias instituições e formas de organização cultural que possam desafiar a hegemonia dominante e construir uma nova concepção de mundo. Ao contrário de Marx, Gramsci não vê a revolução como um evento repentino, mas como o resultado de um processo longo e complexo de luta ideológica e política dentro da sociedade civil.

Outra implicação política significativa da teoria de Gramsci é a necessidade de alianças entre diferentes grupos sociais. Enquanto Marx tende a enfatizar o papel exclusivo da classe trabalhadora na revolução, Gramsci reconhece que a construção de uma nova hegemonia requer a formação de blocos históricos, que incluem várias classes e grupos sociais, unidos por um projeto comum de transformação. Isso exige uma política de compromisso e negociação, onde diferentes grupos sociais se alinham em torno de objetivos compartilhados, sem perder de vista a necessidade de uma mudança estrutural mais ampla e concreta.

Além disso, a teoria de Gramsci sugere que as mudanças políticas e sociais podem ocorrer dentro das instituições existentes, e não apenas por meio de sua destruição. A luta por uma nova hegemonia pode envolver tanto a conquista de posições dentro do aparato estatal quanto a criação de novas formas de organização na sociedade civil. Isso implica uma política mais flexível e gradual, onde as transformações ocorrem através de um longo processo de reforma cultural e política, em vez de uma revolução súbita, isto é, nesse cenário, uma ruptura muito mais rápida e que corta por completo todo o molde capitalista encrustado na sociedade e nos Estados Modernos, assim como propões Marx.

Em resumo, enquanto as implicações políticas da teoria de Marx enfatizam a revolução como o meio principal de transformação e a destruição do Estado como condição necessária para a emancipação, as teorias de Gramsci sugerem uma abordagem mais gradual, onde a luta pela hegemonia ideológica e cultural desempenha um papel central.

9. Considerações Finais

A análise das perspectivas de Karl Marx e Antonio Gramsci sobre a ideologia e sua influência no Estado revela diferentes concepções sobre a natureza do poder e os mecanismos de dominação e transformação social nas perspectivas de cada um dos pensadores. Para Marx, a ideologia é fundamentalmente uma superestrutura que serve para disfarçar as relações de exploração impostas pelo modo de produção capitalista, garantindo a manutenção da dominação burguesa através da criação de uma ideia de legitimidade do sistema que explora a classe trabalhadora. Essa ideologia é diretamente relacionada à estrutura econômica da sociedade, sendo um reflexo das condições materiais que sustentam o Estado como um aparato de coerção. A implicação central da teoria marxista é que a mudança social só pode ocorrer por meio de uma revolução que desfaça a base material sobre a qual a ideologia dominante se sustenta, destruindo o Estado burguês e instaurando uma nova ordem socialista.

Gramsci, por sua vez, oferece uma visão mais complexa e expandida – da perspectiva marxiana - da relação entre ideologia e Estado, ampliando a noção de que o poder não se exerce apenas pela força, mas também pelo consentimento obtido através da hegemonia ideológica. Ele argumenta que o Estado não pode ser compreendido apenas como uma entidade coercitiva, mas deve ser visto em articulação com a sociedade civil, onde a hegemonia é construída e mantida por meio de instituições culturais e educacionais. Para Gramsci, a ideologia não é apenas uma máscara que oculta a exploração, mas um campo de batalha onde diferentes classes e grupos sociais disputam a hegemonia, buscando construir uma nova concepção de mundo que desafie a ordem estabelecida. Assim, a transformação social, na visão gramsciana, envolve tanto a luta pela tomada do poder estatal quanto a criação de uma contra-hegemonia cultural, um processo mais prolongado e estratégico que inclui alianças e reformas dentro das próprias instituições do Estado e da sociedade civil.

A comparação entre essas duas visões destaca uma evolução na compreensão do papel da ideologia na política e no funcionamento do Estado. Marx tem seu foco na luta de classes como o motor da história e na revolução como o único meio de emancipação do trabalhador, vendo o Estado como um instrumento de coerção a ser derrubado. Gramsci, por outro lado, vê a luta pela hegemonia como um processo contínuo e multifacetado, onde a ideologia desempenha um papel ativo na formação do consentimento social e na consolidação do poder. A transformação social, portanto, para Gramsci, é tanto uma questão de poder político quanto de influência cultural

e ideológica, exigindo uma abordagem mais gradual e estratégica em comparação com a derrubada total do poder e do Estado burguês como propõe Marx.

Em conclusão, enquanto Marx oferece uma crítica poderosa do papel da ideologia como mecanismo de dominação e propõe a sua solução, baseada em uma revolução, Gramsci amplia essa análise ao reconhecer o papel central da hegemonia ideológica e a necessidade de uma luta prolongada tanto nas esferas do Estado quanto da sociedade civil. Juntas, as perspectivas de Marx e Gramsci fornecem uma compreensão mais completa e complexa da inter-relação entre ideologia e Estado, sugerindo que a mudança social envolve tanto a transformação das estruturas materiais quanto a reconfiguração das formas de consciência social, de classe e cultura que sustentam a ordem existente.

10. Referências Bibliográficas:

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: Volume 3*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.